

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

1 JUN 1985

Hora da Separação

Samuel

“ESTE é um Governo de transição” — disse o Presidente José Sarney na sua primeira entrevista coletiva à imprensa. Exatamente por esse caráter é que a sociedade — ou pelo menos uma parcela expressiva que é parte inseparável da sociedade — tem reclamado com insistência definições claras do Governo em questões de princípio: aonde nos levará a transição?

A praxe das entrevistas periódicas faz uma ponte entre o Governo e a sociedade. O Presidente Sarney ofereceu um elenco de respostas a perguntas que refletem ansiedade nacional com os rumos da Nova República. Foi bom — para o Governo e para a sociedade — que o Presidente esclarecesse que o conceito de conflito na questão agrária “nada tem a ver com a invasão de terras”. Entende-se a ênfase como compromisso de que o poder público não permitirá atentados ao direito de propriedade. Invasões serão, para o Governo, perturbação da ordem pública.

A disposição de descer a fundo nos grandes problemas brasileiros justifica — na explicação do Presidente Sarney — a necessidade de um pacto nacional que neutralize reações emocionais. Mais uma vez é uma questão de clareza insuficiente na formulação dos meios e dos objetivos. As iniciativas políticas já realizadas atestam a urgência com que a Nova República respondeu às expectativas: removeram-se os casuísmos eleitorais e arejou-se a disputa política, com a liberdade de organização dos partidos, a aprovação do voto direto para as eleições presidenciais, as eleições para Prefeito nas capitais, estâncias e municípios em área de segurança.

Se foi viável, “num período muito pequeno”, realizar transformações sem gerar traumas, é possível também proceder a definições de natureza institucional, com o mesmo benefício, no plano econômico em que o Estado detém todo o poder normativo que o autoritarismo lhe outorgou. A iniciativa privada foi marginalizada e não há como contemporizar mais um dia com a estatização. A questão democrática exige com prioridade a revisão desse abuso. Não há a menor necessidade de se esperar pela Constituinte, mesmo porque a Constituição

não autoriza o esmagamento da economia pelas empresas públicas. A estatização veio com o patrocínio do casuísmo autoritário.

Valou também na entrevista a garantia oferecida pelo Presidente: em caso de necessidade, não terá “nenhuma dúvida” em fazer alterações na equipe do Governo. Se o Presidente não vê motivo de “nenhuma natureza para fazer qualquer mudança” agora, a sociedade entende de maneira oposta: ou muda os membros da sua equipe ou degola as divergências entre Ministros. Para reafirmar que a decisão política é exclusiva do Presidente da República, Sarney não precisa manter dentro do Governo a dualidade de opiniões sobre matéria de conteúdo nervoso, como são as questões econômicas. A decisão democrática pressupõe controvérsia antes, mas não depois de anunciadas as medidas.

O argumento de que o seu Governo “herdou um caos econômico” se destina a despertar a confiança geral no tratamento: é, portanto, inaceitável a divergência sobre matéria decidida, como é intolerável a ausência de uma definição de princípios realmente democráticos para a economia. O Estado nada mais tem a oferecer como invasor da economia: realizou prejuízos que se projetam no futuro e só tem agora de começar imediatamente a retirada para os seus limites constitucionais. A democracia não apenas passa pela reprivatização da economia brasileira: ou se estabelece com raízes no regime de mercado, ou não será durável.

Este é um Governo desejado, aceito e reconhecido como de transição. Terá o Presidente Sarney todo o seu mandato para realizar esse passo histórico, que ajusta a Nação ao futuro. A entrevista do Presidente da República mostra que a fase psicológica e política da transição está assimilada: nenhuma pergunta versou sobre o passado. O Presidente pensa e fala como um governante ciente de que as questões dizem respeito ao futuro. E é para o futuro que se orientam as indagações: quanto mais rápidas, claras, incisivas, corajosas e leais forem as redefinições para separar o Estado e a sociedade, mais cedo se completará a transição e mais rapidamente se poderá falar em democracia como o regime em que vivemos.